

AMARTYA SEN

Doutorando Honoris Causa

Discurso de Elogio do Doutorando Amartya Sen

Proferido pela

Professora Doutora Teresa Carla Oliveira

Universidade de Coimbra

13 de Março de 2011

Magnífico Reitor Cancelário,

Senhor Presidente do Tribunal Constitucional,

Senhora Embaixadora da Índia em Lisboa,

Senhor Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados,

Engenheiro António Guterres

Senhor Director da Faculdade de Economia,

Senhores Reitores, Vice-Reitores e Pró-Reitores,

Excelentíssimas Autoridades, Civis, Militares e Religiosas,

Sapientíssimos Doutores,

Excelentíssimos Membros do Conselho Geral e do Senado,

Caros Estudantes,

Caros Representantes da Comunicação Social,

Prezados Funcionários,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores.

Há muitos nomes ilustres que têm acedido a ser distinguidos pela nossa universidade quando, na realidade, são eles que, aceitando o nosso convite, nos honram. Um dos mais proeminentes é Amartya Sen cuja eminência como académico se vê suplantada pela sua vida e pelos seus valores e cujo alcance transcende a cultura ocidental, projectando-se no sentido mais abrangente da própria humanidade.

Nascido em 1933, Amartya descende de uma distinta família de Bengali da qual vários membros desempenharam papéis influentes na Índia quer antes quer após a independência. Após se licenciar com distinção em Economia no *Presidency College Kolkata*, concluiu outra licenciatura em Cambridge e, aos vinte e três anos de idade, foi convidado para fundar o Departamento de Economia da Universidade de Jadavpur, em Calcutá. Este é um homem raro entre economistas. Estudou também filosofia em Cambridge onde ele, mais tarde, após leccionar em Berkeley, Stanford, Cornell, LSE e Oxford, foi *Master of Trinity College*, de 1998 a 2004. Actualmente é *Lamont Professor* de Filosofia e Economia em Harvard.

É um privilégio ser convidada a prestar-lhe tributo, em nome da Faculdade de Economia desta nossa Universidade. É também um prazer recebê-lo em Coimbra que, tal como Cambridge, Universidade fundamental no seu percurso de vida, se encontra entre as mais antigas da Europa.

Foi em Cambridge que Amartya conheceu Piero Sraffa, economista não só reconhecido por ter desenvolvido uma teoria

neo-Ricardiana do valor, mas também por ter influenciado o pensamento de Wittgenstein, um dos filósofos mais influentes do século XX, cujas ideias se disseminam pelo trabalho de Amartya. Com os contributos de Sraffa, Wittgenstein transitou de uma abordagem abstracta do sentido e compreensão das “funções verdadeiras” que procuravam reflectir o mundo em Álgebra, para uma abordagem mais antropológica e psicológica. Os ensaios de Wittgenstein sobre filosofia e psicologia, publicados postumamente, exerceram grande influência no pensamento pós-moderno nas ciências sociais, com excepção da economia *mainstream*.

O meu primeiro contacto com Amartya foi numa conferência na Gulbenkian, pouco tempo antes de ser laureado com o Prémio Nobel da Economia em 1998, considerado por muitos economistas como o mais merecido das últimas décadas. E no entanto, a atribuição de um Nobel pela sua contribuição para a ciência económica, não alcança a real dimensão de Amartya Sen que é não apenas um economista e um filósofo mas também um reconhecido teorizador político e social. Neste tributo, focalizarei no seu pensamento sobre o desenvolvimento humano e a sua relação com valores, bem-estar, bem-social, capacidades e justiça e sua relevância para a análise do comportamento humano quer na psicologia cognitiva e organizacional, quer na teoria da gestão seja ela de grupos, instituições ou sociedades.

Sen debruçou-se sobre questões relativas ao bem-estar e ao “bem social”, não só em termos de valores, mas de objectivos.

Este facto reflectiu-se no seu importante trabalho com Mahbud ul Haq nos índices sociais utilizados no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Na comemoração dos vinte anos dos relatórios e dos índices de desenvolvimento humano a eles associados, Helen Clark antiga primeira ministra da Nova Zelândia e administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, escreveu:

“...vinte anos depois, a genialidade conceptual e a relevância de um original paradigma do desenvolvimento humano são irrefutáveis. É hoje quase universalmente aceite que o sucesso de um país ou bem-estar de um indivíduo não podem, unicamente ser mensuráveis pelo dinheiro. Não obstante, este não deixa de ser crucial, pois sem recursos qualquer progresso é difícil. Mais ainda, temos de considerar se as populações vivem uma vida longa e saudável, se têm oportunidade de acesso à educação e se têm liberdade para usar os seus conhecimentos e talentos para moldarem o seu próprio destino.”

Os índices ou indicadores sociais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento reflectem a preocupação de Sen em alterar conceitos de bem-estar de um nível abstracto de análise no seio de teorias subjectivas de escolha, para aquelas que são as escolhas reais e as reais possibilidades de vida, em particular as que se referem às mulheres e minorias. Tal como ele explanou em *On Ethics and Economics*:

“Uma pessoa que tenha uma vida de infortúnio, com muito poucas oportunidades e muito pouca esperança, pode mais facilmente aceitar as privações do que outros em circunstâncias mais prósperas e felizes... O mendigo sem esperança, o trabalhador precário sem terra, a dona de casa dependente, todos estes podem tirar prazer de pequenas “benesses” e conseguem suprimir o intenso sofrimento pela contínua necessidade de sobrevivência mas seria um profundo equívoco ético atribuir um pequeno valor à perda do seu bem-estar por causa da sua “estratégia de sobrevivência”.

A abordagem de Sen, por exemplo na sua obra *Capability and Well-being*, refere-se ao modo como as pessoas podem realizar o seu potencial humano. Ele não valoriza um único critério, mas uma pluralidade de papéis, valores e identidades, o que tem eco na sociologia de Harré e Gillet e na teoria da gestão de Herriot, entre outros.

A sua abordagem é portanto, deliberadamente, pluralista. Declina a definição de valores ou bem-estar de uma forma utilitária, assim como um critério de felicidade geral ou utilidade pública. Na sua obra, *Development as Freedom*, escreve:

“Insistir em que deve haver apenas uma grandeza homogénea que valorizamos é reduzir, drasticamente, o alcance do nosso raciocínio avaliativo.... o utilitarismo clássico valoriza apenas o

prazer, sem ter qualquer interesse directo na liberdade, direitos, criatividade ou actuais condições de vida.”

Nas suas *Tanner Lectures* sobre *The Standard of Living*, Sen salientou que para o valor social funcionar bem nas sociedades, há que considerar questões de eficácia – *empowerment and agency* – em três dimensões: o padrão de vida, o bem-estar pessoal e a eficácia pessoal, o que ele estendeu ao conceito de capacidades. Em *On Ethics and Economics*, Sen afirmou:

“Em última análise, o foco tem de ser na vida que levamos e naquilo que podemos, ou não, fazer ou ser... nas nossas funcionalidades e nossas capacidades de as atingir...”

Parte substancial do trabalho de Sen, a este respeito, reflecte o princípio eudaimónico de Aristóteles. Na sua obra *Ética a Nicómaco*, Aristóteles escreve sobre a eudaimonia como “fazer e viver bem” levando uma vida com propósito. Pelo que Sen, no seu conceito de desenvolvimento como liberdade, refere-o não só à forma de elevar padrões de vida para além do nível mínimo de sobrevivência mas, tal como Maslow, à maneira pela qual as pessoas podem alcançar níveis mais elevados de auto-realização.

Tal recuperação da eudaimonia em Aristóteles tornou-se actualmente um tema de interesse relevante na teoria da gestão. Ela põe em questão a presunção de que a globalização necessariamente implica níveis elevados de desemprego, contratos a termo, e a preocupação de que devem ser as pessoas a servir os mercados e não os mercados a servir as pessoas. A

Human Relations School na teoria da gestão e o trabalho de Sen sugerem que a eficiência económica, mais do que da vantagem competitiva, depende da eficiência social e da vantagem mútua. Este facto tem também ressonância na prática internacional de gestão, em especial no que se refere ao princípio de *Kaizen*, que tem sido crucial no sucesso de empresas japonesas líderes ou outras que o entenderam bem, em que *Kai* significa – melhoria contínua – e *Zen* – bem-estar mútuo.

Isto pode iluminar o controverso debate sobre *New Public Management*. Por exemplo, em Portugal as actuais reformas no sistemas de educação, de saúde e judiciário, ao só se focalizarem sobre *turnover* e *throughput* de estudantes, doentes, e nos processos judiciais, podem pôr em causa a qualidade da própria educação, saúde e da justiça.

Um direito ao bem-estar implica conceitos de justiça. A preocupação, de longa data, de Sen com a teoria da justiça, muito recentemente desenvolvida no seu livro com o mesmo título, notavelmente difere da chamada abordagem “transcendental” em particular com a preocupação de Rawls em identificar um critério para definir instituições perfeitamente justas.

Sen ao adoptar uma abordagem compreensiva do conceito de *realized justice*, defende que as instituições e regras, embora importantes, têm de ser avaliadas fazendo uso de uma perspectiva mais abrangente e inclusiva. Ele questiona não só a

possibilidade de estabelecer um critério universal de justiça, mas discute também se tal será necessário. Em contraste com Rawls, as suas preocupações têm-se centrado nos valores comuns e no seu ranking ordinal mais do que uma procura pela cardinalidade.

De uma forma pós-moderna, Sen está também preocupado em desconstruir o conceito de contrato social, que se encontra em muitas teorias políticas num nível de elevada abstracção, e que em Rawls apenas se relaciona com a *polity*. Sen tratou-o a um nível em que este se relaciona e toca directamente com as vidas e as capacidades das pessoas.

Aqui encontramos um paralelo com o conceito de contrato psicológico na teoria da gestão, baseado na confiança e partilha implícita de valores que são temas transversais ao trabalho de Sen. Recentemente, o conceito de contrato psicológico tem-se focalizado mais com as percepções do seu não cumprimento do que com a sua abrangência, facto este que se relaciona com o fim de uma era Keynesiana-Fordista de pleno emprego. No entanto, psicólogos organizacionais como David Guest, entre outros, demonstram e defendem que o contrato psicológico só tem a sua plena expressão e valorização num ambiente de confiança e partilha implícita de valores, os quais são temas centrais no trabalho de Sen.

Questões do que pode ser, ou não, considerado como justo – no trabalho ou mais amplamente no seio da sociedade – levantam problemas de verificação ou, nos termos de Popper, de falsificação. Mais ainda, enquanto a prova da justiça pode ser

impossível, demonstrar as percepções dos indivíduos sobre o que consideram justo, pode estar relacionado com a afirmação de Hayek de que se as pessoas:

“...compreendem coisas diferentes de uma maneira similar [tal] tem de ser tido em consideração como um dado de experiência, pelo que deve ser o ponto de partida para qualquer discussão sobre o comportamento humano.”

Esta abordagem, encontra um paralelo em Sen nos seus ensaios sobre *Choice, Welfare and Measurement*, para quem as pessoas podem exprimir o que sentem, ou não, ser justo, nas suas vidas assim como nas políticas que afectam o seu bem-estar. Sen cita com aprovação inquéritos em que se podem encontrar respostas coerentes sobre a percepção das razões da pobreza, assim como do valor das políticas para lhes fazer face.

Sen reconhece que o que as pessoas valorizam está sediado nos seus próprios contextos, e tem isto em conta nos seus conceitos de *functionings* e de *capabilities*. O método é, simultaneamente, analítico, sintético e à *posteriori*, no sentido de identificar o que as pessoas retiraram da sua experiência, em vez da procura de Rawls de critérios transcendentais para a justiça como *fairness*.

Esta abordagem relaciona-se também com a crítica de Sen ao princípio da optimização de Pareto, de como uma mudança na distribuição do rendimento pode melhorar a situação de alguns indivíduos, sem piorar a situação de outros, facto que considera

como “uma forma extremamente limitada de aceder à realização social”.

Há ainda uma outra versão do princípio de optimização de Pareto, que embora considerada mais frágil, é no entanto importante em termos das suas implicações sociais, referindo que todos os indivíduos podem beneficiar de uma melhoria no rendimento sem que ninguém fique prejudicado. Este seria o caso de políticas quer para aumentar os padrões de vida quer para incrementar a inclusão social e em que as métricas sejam as dos índices do desenvolvimento humano, e não as do Produto Interno Bruto ou do rendimento agregado *per capita*.

Em 1977, na sua *Critique of the Behavioural Assumptions of Economic Theory*, Sen criticou de uma forma fulminante os pressupostos da racionalidade da economia *mainstream*, considerando que muitos economistas são “tolos racionais”. Assim, a economia neo-clássica inclui algumas das mentes mais brilhantes do Mundo mas no que concerne à elaboração de hipóteses arbitrárias e altamente improváveis. Brilhantes na técnica, assumem que as suas proposições reflectem a realidade ou que a realidade deve espelhar os seus axiomas. Isto reflecte a alegação de Wittgenstein de que nós construímos as regras de um jogo onde podemos ficar presos por essas mesmas regras. Facto também enfatizado na teoria da gestão de Senge e Mintzberg. Isto refere-se à luta pelo poder entre os valores de

mercado e os valores sociais, mas também até que ponto pensamos em “duas mentes”.

O argumento de Sen sobre a loucura racional relaciona-se com as pesquisas da psicologia cognitiva e da pesquisa neurológica, no que concerne às diferenças de funcionamento dos hemisférios do cérebro, tal como foi identificado nas recentes pesquisas de Panksepp e McGilchrist. O hemisfério esquerdo prefere o que é estático, ou o que é estática comparativa, simetria e equilíbrio; por sua vez o hemisfério direito aceita o fluxo, assimetria e desequilíbrio. Enquanto o hemisfério direito pode eliminar falsas premissas e deduções, por serem absurdas, o esquerdo aceita como verdade uma falsa premissa considerando “é o que está escrito”. Ou como McGilchrist tão vividamente explica: “o hemisfério esquerdo, nada relutante, inventa uma história e, faltando conhecimento, parece completamente convicto dela”.

Existe, pois, uma base neurológica e psicológica para explicar a racionalidade mítica da concorrência perfeita, dos agentes perfeitamente informados e da maximização da utilidade como se necessariamente fizessem uma alocação otimizada dos recursos. Embora irrealistas, são a base dos argumentos de Milton Friedman para a desregulação dos mercados. Estes argumentos atingem a sua apoteose em teorias de “expectativas racionais” e “mercados eficientes” como agentes racionais, detendo conhecimento total.

As expectativas racionais, durante algum tempo, entraram na teoria da gestão, mas tiveram pouca influência pois que não

havia prova de que os gestores tomassem decisões com informação perfeita. Desde então, sofreu um abalo irreparável com a crise do *sub-prime* e a precipitação desta com as agências de *rating* classificarem a “dívida tóxica”, da grande maioria dos bancos do Mundo Ocidental, como AAA, conduzindo assim ao risco de colapso do sistema financeiro.

Outro exemplo da “loucura racional” é a teoria do “capital humano” que ganhou, agora, um destaque quase universal, como a metáfora da “mão invisível” de Adam Smith.

Becker, o arquitecto principal da teoria, reivindicava ser capaz de articular a teoria do “capital humano” com a alocação de tempo, as funções de produção familiar e a teoria da escolha. Ele conceptualizou o casamento como uma empresa de duas pessoas em que uma é o “empresário” que “contrata” o outro e recebe “lucros residuais”. Sen, no seu ensaio sobre *Economics and the Family*, referiu que esta alegação pode ter alguns fundamentos, em alguns casos, como nos casamentos contratualizados na Ásia. Mas, tal como Sen observa, significa que no mundo de Becker, as transacções têm lugar no seio familiar, de uma maneira imaginária, com preços imaginários e salários imaginados que nem é economia aplicada, nem economia positiva, nem ciência social, mas mera metafísica.

Amartya Sen e Emma Rothschild, que com muita honra nossa o acompanha e contribuirá para o simpósio sobre Valores Humanos, Justiça e Economia Política, que decorrerá amanhã, à tarde, na Faculdade de Economia, tiveram um relevante contributo na recuperação da outra grande obra de Adam Smith, *Theory of Moral Sentiments*, da biblioteca das grandes obras esquecidas.

Ambos, Amartya e Emma, têm dado relevo à contestação levantada por David Hume e Adam Smith sobre a hipótese do auto-interesse de Thomas Hobbes, a que teve eco na famosa ou infame pretensão de Milton Friedman na qual alegava que as empresas não têm qualquer responsabilidade social, para além de obter lucro. Quer Hume, quer Smith, defenderam que Hobbes estava errado ao referir que as pessoas se moviam, apenas, pelo interesse próprio, e que a sociedade seria ingovernável se não tivesse uma única hegemonia incontestável. Para Smith, a simpatia e a mútua simpatia é que permitem sociedades funcionais e as economias a funcionar bem.

Sen sublinhou que, nos primeiros anos da revolução neo-clássica, Edgeworth havia reflectido a ideia de Hobbes, ao reivindicar o princípio de que as pessoas eram orientadas, apenas, pelo seu próprio interesse, em vez de considerarem uma perspectiva do bem-estar de outros. Sen admitiu que o interesse pessoal conduz à acção em muitos casos contudo, a ideia de justiça prevalece, tal como argumenta na sua mais recente obra reforçando o que defendeu Adam Smith na *Theory of Moral Sentiments*.

“Certamente não é um bom cidadão o que não deseja promover, por todos os meios em seu poder, o bem-estar de todos os concidadãos da sua sociedade.”

Minhas Senhoras, Meus Senhores. Reúne-se este claustro na expectativa de honrar com o título de doutor *Honoris Causa* o Senhor Professor Amartya Sen. Uma distinção proposta em boa hora pela Faculdade de Economia desta Universidade à aprovação do respectivo Senado: o doutorando é, com efeito, um dos universitários mais influentes das últimas décadas tendo em conta que as suas contribuições se relacionam não apenas com a história do pensamento económico, mas também com a teoria social e política num período em que os hegemónicos neo-Hobbesianos são os mercados globais, em vez de governos ou políticas soberanas.

Um segundo argumento remete-nos para a figura do padrinho do doutorando, o Engenheiro António Guterres. Quer pelas suas responsabilidades actuais em matéria de direitos humanos, como Alt Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, quer como líder político internacional e primeiro-ministro de Portugal, António Guterres procurou reforçar o modelo social não só ao nível europeu mas global e em domínios sociais decisivos em termos dos índices de desenvolvimento humano, como é o caso da saúde, da educação e do meio ambiente.

Mais ainda, a atribuição de doutoramento *Honoris Causa* não deve ser apenas um evento de esplendor renascentista, mas deve

ser a ocasião de reconhecer a nossa responsabilidade multidisciplinar, que é característica da Faculdade de Economia, para fazer avançar as fronteiras que Amartya Sen abriu entre ética e economia, valores sociais e económicos e para realizar sociedades justas e eficientes.

Magnífico Reitor Cancelário

Face ao que vem de ser dito, peço para o Senhor Professor Amartya Sen as insígnias e privilégios dos Doutores da Universidade de Coimbra; peço o seu ingresso no companheirismo e no claustro magno desta nossa Universidade.